

**PROJETO DE LEI N.º 084/2012**

Súmula: Altera a Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, que instituiu o Fundo Penitenciário, e adota outras providências.

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN, a ser gerido pelo Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN.

**Parágrafo único.** Equivalem-se, para fins desta Lei, as expressões Fundo Penitenciário do Paraná, Fundo, bem como a sigla FUPEN."

Art. 2.º O art. 2.º da Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º O Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN destina-se a prover recursos ao Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN, para melhoria de condições da vida carcerária nos Estabelecimentos Penais e atendimento aos programas de assistência aos presos, internados e egressos do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, sem recursos financeiros para constituir advogado, nos termos do previsto pela Lei de Execução Penal, em seu art. 16.

**Parágrafo único.** O Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN, unidade de nível de execução programática da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, indicará servidor pertencente a seu quadro técnico efetivo para gerenciar a execução das atividades orçamentárias e financeiras do Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN, em consonância com as diretrizes do Conselho Diretor do FUPEN."

Art. 3.º O art. 3.º da Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**\*Art. 3.º Constituem receitas do Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN:**

**I – as provenientes do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN;**

**II – parcela de dotações orçamentárias atribuídas às Unidades Penais e à Direção do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná;**

**III – produto dos juros, comissões e outras receitas resultantes da aplicação dos recursos do próprio Fundo;**

**IV – doações, auxílios, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que lhe sejam destinados;**

**V – créditos adicionais que lhe forem abertos;**

**VI – produto decorrente da alienação de bens inservíveis;**

**VII – resultado da venda da produção industrial, extrativa e agropecuária das Unidades Penais do Estado do Paraná;**

**VIII – 3% (três por cento) do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias, no âmbito do Governo do Estado do Paraná;**

**IX – multas penais aplicadas pelos órgãos judiciais do Estado do Paraná, nos termos dos artigos 49 e 50 do Código Penal;**

**X – a totalidade das fianças quebradas ou perdidas;**

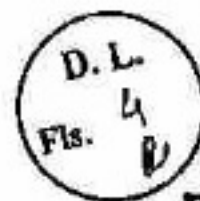
**XI – dotação específica consignada no orçamento do Estado do Paraná;**

**XII – taxas cobradas das empresas que utilizam mão de obra dos internos do Sistema Penitenciário;**

**XIII – parcela da remuneração do trabalho do preso, que venha a ser legalmente definida e destinada ao Estado, a título de ressarcimento ou indenização de despesas com o mesmo preso;**

**XIV – quaisquer outras rendas eventuais.**

**Parágrafo único.** 15% (quinze por cento) dos recursos a que se refere os incisos II, III, VI, VII, X e XIII serão destinados à Defensoria Pública do Estado do Paraná, para consecução dos fins previstos no art. 16 da Lei de Execução Penal."



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 4.º** O art. 4.º da Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, passará a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 4.º** Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em banco oficial, em conta especial, sob a denominação 'Fundo Penitenciário do Estado do Paraná', que será movimentada pelo Presidente do Conselho Diretor do FUPEN ou, por delegação desse, pelo Secretário Executivo do Conselho Diretor do FUPEN, em conjunto com no mínimo duas pessoas autorizadas por esse mesmo Conselho."

**Art. 5.º** O art. 5.º da Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 5.º** A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I – da existência da disponibilidade, em função do cumprimento de programação;

II – do atendimento das diretrizes fixadas pelo Conselho Diretor do FUPEN;

III – do cumprimento das exigências previstas em regulamento próprio.

**§ 1.º** As despesas do exercício anterior, para o qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não tenham sido efetuadas no momento oportuno e, ainda, os restos a pagar e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, podem ser pagos em conta de dotação específica, consignada no orçamento do exercício seguinte, discriminada por elementos, obedecida, tanto quanto possível, a ordem cronológica.

**§ 2.º** O funcionamento e a administração do FUPEN serão objeto de regulamentação pelo Conselho Diretor do FUPEN."

**Art. 6.º** O art. 6.º da Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 6.º** O patrimônio, as receitas e eventual superávit do Fundo Penitenciário Estadual somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos, sendo vedada a utilização de seu patrimônio para o custeio do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Polícias Civil e Militar, ou demais órgãos."

**Art. 7.º** O art. 7.º da Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 7.º** O Fundo Penitenciário Estadual será fiscalizado pelo Ministério Público, ao qual serão encaminhados, por meio do Conselho Diretor, relatórios gerenciais sobre a aplicação de seus recursos e atividades."



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Parágrafo único.** O Conselho Diretor do FUPEN prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.\*

**Art. 8.º** A Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

**\*Art. 8.º** Os recursos do Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN serão aplicados em:

- I – construção, reforma, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais;
- II – formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços penitenciários;
- III – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados necessários, imprescindíveis ao funcionamento dos estabelecimentos penais;
- IV – compra de materiais e equipamentos necessários para o trabalho dos presos;
- V – implantação de medidas pedagógicas relacionadas com a profissionalização do preso e do internado;
- VI – formação educacional e cultural do preso e do internado;
- VII – elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social de presos, internados e egressos;
- VIII – programas de assistência às vítimas de crimes;
- IX – programas de assistência jurídica aos presos e internados carentes;
- X – programa de assistência aos dependentes de presos e internados;
- XI – publicações e programas de pesquisa científica na área penal, penitenciária ou criminológica;
- XII – subsídio à participação de membros do Conselho Diretor do FUPEN em eventos científicos sobre matéria penal, penitenciária ou criminológica, realizados no Brasil ou no exterior;
- XIII – custos de sua própria gestão, excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores públicos já remunerados pelos cofres públicos.

**§ 1.º** Os bens adquiridos com os recursos do Fundo Penitenciário do Estado do Paraná integrarão a carga patrimonial da Secretaria de Estado que detiver as atividades referentes à administração do Sistema Penitenciário.



§ 2.º O Fundo Penitenciário do Estado do Paraná – FUPEN fica autorizado a destinar recursos às entidades civis de direito privado sem fins lucrativos que tenham firmado convênio com o Estado do Paraná para a administração de unidades prisionais destinadas ao cumprimento de penas em regime semiaberto e aberto.”

Art. 9.º Fica instituído o Conselho Diretor do Fundo Penitenciário, órgão colegiado, deliberativo e de caráter consultivo, com a finalidade de aprovar os programas de trabalho e a aplicação dos recursos financeiros do referido Fundo e de realizar o seu respectivo acompanhamento.

**Parágrafo único.** Para todos os efeitos, consideram-se sinônimos, nesta Lei, os termos Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná, Conselho Diretor e Conselho.

Art. 10. O Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná é composto pelos seguintes membros:

I – o Diretor do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN, na qualidade de Presidente;

II – 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, como Secretário Executivo;

III – 1 (um) Diretor-Representante das Unidades Penais de Regime Fechado;

IV – 1 (um) Diretor-Representante das Unidades Penais de Regime Semiaberto;

V – 1 (um) Diretor-Representante das Unidades Penais de Regime Aberto;

VI – 1 (um) Diretor-Representante das Unidades Penais Femininas;

VII – o Diretor do Complexo Médico Penal do Paraná;

VIII – 1 (um) representante do Ministério Público do Estado do Paraná;

IX – 1 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná;

X – 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná;

XI – 1 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

XII – 4 (quatro) representantes das entidades legalmente constituídas que atuem, no âmbito estadual, em defesa das populações carcerárias, em prol de suas garantias e inserção social;



XIII – 4 (quatro) representantes da comunidade;

XIV – 1 (um) representante da Escola de Educação em Direitos Humanos.

§ 1.º Os membros referidos nos incisos II a VII e XIV serão indicados pelos respectivos órgãos e instituições.

§ 2.º O membro nato constante do inciso I será substituído por seu suplente legal, em suas faltas e/ou impedimentos.

§ 3.º Os representantes apontados nos incisos XII e XIII serão eleitos em assembleias próprias, convocadas para esse fim específico, amplamente divulgadas, visando à participação de entidades e membros da comunidade que comprovadamente estejam envolvidos com os interesses das populações carcerárias.

§ 4.º Haverá 1 (um) suplente para cada membro do Conselho Diretor, a ser indicado pela entidade responsável.

§ 5.º Os membros referidos nos incisos III a VII serão escolhidos pelo Presidente do Conselho Diretor, mediante lista triplíce elaborada pelo Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN.

Art. 11. O Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná reunir-se-á mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 12. O Conselho funcionará com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente do Conselho, além do voto comum, o de qualidade.

Art. 13. Os membros deste Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, após as indicações, para um mandato de 2 (dois) anos ou mandato a se encerrar com o término do mandato do Governador que os nomeou, podendo ser reconduzidos por mais 1 (um) um mandato.

Art. 14. Será considerado extinto, antes do término, o mandato do Conselheiro, nos seguintes casos:

I – morte;

II – renúncia;

III – doença que exija licenciamento por mais de 6 (seis) meses;



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- IV – ausência injustificada em mais de 5 (cinco) sessões consecutivas;
- V – contumácia na retenção de processos, e quanto aos prazos regimentais;
- VI – procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- VII – condenação por crime comum ou de responsabilidade.

Art. 15. Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo seus serviços prestados considerados de relevância ao Estado do Paraná.

Art. 16. Ao Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná compete:

I – a apreciação e aprovação dos Programas de Trabalho do Fundo Penitenciário do Paraná e o acompanhamento de sua execução;

II – a deliberação e aprovação dos orçamentos de despesas do Fundo e suas alterações significativas de acordo com os limites estabelecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda e demais normas disciplinadoras da matéria, de conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

III – a deliberação e aprovação da proposta orçamentária para gestões do Fundo, bem como as alterações orçamentárias, que serão encaminhadas para providências junto ao Grupo Financeiro Setorial da Secretaria que detiver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas à administração do Sistema Penitenciário, de acordo com as normas pertinentes à matéria orçamentária;

IV – a deliberação e aprovação de balanços e demonstrativos de Prestação de Contas e aplicação de recursos orçamentários e extraorçamentários, a serem apresentados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

V – a deliberação sobre tarifas e tabelas relativas a serviços, produtos e operações de interesse do Sistema Penitenciário, oriundos das atividades produtivas e de serviços das Unidades Penais ou por meio de convênios, acordos ou contratos com entidades públicas ou privadas;

VI – o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 17. Ao Presidente do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná compete:

I – convocar e presidir as reuniões do Conselho;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

II – representar o Conselho, especialmente na celebração de contratos, convênios e demais atos jurídicos de interesse do Sistema Penitenciário e que tenham a intermediação do Fundo Penitenciário do Paraná;

III – baixar resoluções com as deliberações do Conselho, zelando pela sua observância;

IV – zelar pela observância das disposições do Regulamento do Fundo Penitenciário do Paraná;

V – aprovar a pauta de assuntos para as reuniões do Conselho;

VI – designar comissões e delas participar;

VII – autorizar a realização de despesas de conformidade com o programa aprovado, bem como as despesas urgentes “ad referendum” do Conselho;

VIII – encaminhar as prestações de contas do Fundo Penitenciário Estadual ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

IX – desempenhar outras atividades correlatas.

**Parágrafo único.** O Presidente do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário poderá delegar ao Secretário Executivo do Conselho Diretor o exercício das atribuições constantes dos incisos II, V, VII e VIII desse artigo.

**Art. 18.** Ao Secretário Executivo do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná compete:

I – coordenar e executar as atividades administrativas do Fundo Penitenciário do Paraná, para consecução de seus objetivos;

II – promover a execução das instruções e resoluções emanadas do Conselho Diretor;

III – secretariar as reuniões do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná, fazendo lavrar as respectivas atas;

IV – instituir os processos referentes aos programas de trabalho, orçamentos de despesas, investimentos, aplicações, demonstrativos e prestações de contas, para a deliberação do Conselho;

V – providenciar as medidas complementares para a convocação e a realização das reuniões do Conselho;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

VI – assinar correspondências relativas ao Fundo Penitenciário do Paraná, quando autorizado pelo Presidente do Conselho Diretor;

VII – movimentar a conta bancária do Fundo Penitenciário do Paraná, por delegação, conforme as deliberações do Conselho e determinações do seu Presidente;

VIII – desempenhar outras atividades correlatas e/ou designadas pelo Presidente do Conselho Diretor.

Art. 19. Aos membros do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná compete:

I – estudar e relatar os processos que lhes forem distribuídos, emitindo parecer;

II – votar a matéria em discussão, podendo pedir vista dos processos, bem como apresentar voto em separado;

III – tomar parte nas discussões e votações, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões dos processos e pedir adiamentos de discussões;

IV – requerer urgência, para discussão e votação de processos não incluídos em pauta, bem como preferência nas votações em determinado assunto;

V – apresentar indicações e levantar questões de ordem;

VI – desempenhar os encargos para os quais tenham sido incumbidos por deliberação do Conselho ou por seu Presidente.

Art. 20. O Departamento Penitenciário do Estado do Paraná prestará o necessário suporte técnico-administrativo para o funcionamento do Fundo Penitenciário do Paraná.

Art. 21. O Fundo Penitenciário do Paraná contará com um profissional formado em Ciências Contábeis ou em curso de Contabilidade, devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade, para responder pela execução orçamentária, financeira e contábil, conforme dispõe o artigo 2.º, parágrafo único, da presente Lei.

Art. 22. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo titular do Órgão que detiver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas à administração do Sistema Penitenciário “ad referendum” do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementação desta Lei, utilizando quaisquer formas previstas no art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Art. 24. Fica revogada a Lei Estadual n.º 7.981 de 30 novembro de 1984; o parágrafo único do art. 3.º da Lei Estadual n.º 9.619 de 7 de junho de 1991, bem como o Decreto Estadual n.º 3.930 de 12 de janeiro de 1997, e o Decreto Estadual n.º 6.420 de 11 de outubro de 2002.

Curitiba, 9 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em. 13 MAR. 2012

*[Signature]*  
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 9 de março de 2012  
OF CEE/G 049/12

I – À DAP para leitura no expediente  
II – A D L para providências.

Em, 13 / 03 / 2012

*[Signature]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, que instituiu o Fundo Penitenciário.

Atenciosamente,

*[Signature]*  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/SRGV/FJC



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

MENSAGEM N.º 03 /2012

Curitiba, 9 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, que instituiu o Fundo Penitenciário.

A legislação atualmente em vigor e que instituiu o Fundo Penitenciário, qual seja, Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, é demasiadamente simples e vetusta. Desta forma, para adequar o Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN à realidade dos dias de hoje, inclusive no que tange à receita do Fundo, mostra-se imperiosa a adequação da Lei.

Ainda, além de elencar as receitas do Fundo e a destinação dos recursos arrecadados, o presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre a instituição e composição do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná, bem como seu funcionamento e atribuições.

Por fim, de acordo com a presente proposta, o Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN continuará vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e será gerido pelo Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Reprodução n.º 11.166-905-8





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 22

5

**PARECER**

**Projeto de Lei nº. 086/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 003/12**

**Súmula:** Altera a Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, que instituiu o Fundo Penitenciário, e adota outras providências.

**EMENTA:** ALTERA A LEI Nº 4.955, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1964, QUE INSTITUIU O FUNDO PENITENCIÁRIO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 65, 68, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo alterar a Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, que instituiu o Fundo Penitenciário, visando adequar o Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN à realidade dos dias de hoje, inclusive no que tange à receita do Fundo.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 28 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 23

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)**

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.**

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

**IV - Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei, (grifos nossos)

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa, (grifo nosso)

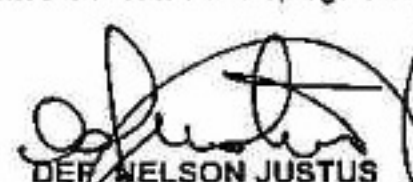
Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

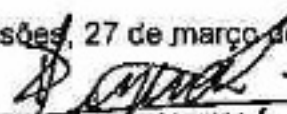
Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

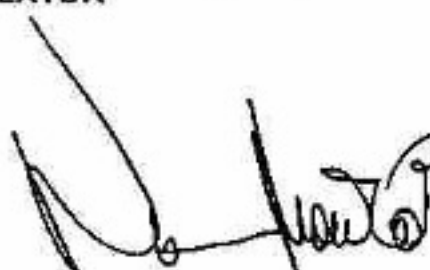
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de março de 2012.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR

  
P. Lupion



## REQUERIMENTO



Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei 125/2012, 119/2012 e 86/2012.

O Deputado que o presente subscreva, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 125/2012, 119/2012 e 86/2012, todos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2012.

Deputado Ademar Trajano  
Líder do Governo

Autenticado  
Visto em 02/04/2012  
Pelo Presidente da  
Assembleia  
2012  
Mário Ribeiro Borges  
Secretário





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 086/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 03/12 que altera a Lei nº 4955, de 13 de novembro de 1964, que instituiu o Fundo Penitenciário - FUPEN, e adota outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 65, da Constituição do Estado do Paraná, onde constata-se a competência do Estado para iniciar projetos desta natureza. Saliento ainda, que os arts. 66, 87, do mesmo diploma legal, asseguram a iniciativa privativa do Governador do Estado. Temos ainda, que em relação as matérias orçamentárias, a Constituição do Estado do Paraná em seus arts. 133 e 134, asseguram também a competência do Estado para propor matérias como a presente.

De igual modo, assevera o autor que a legislação vigente e que instituiu o Fundo Penitenciário (Lei nº 4.955, de 14/11/64), é por demais simples. Motivo pelo qual faz-se necessário a adequação do FUPEN à realidade dos dias de hoje, inclusive no que tange à receita do Fundo.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Sala das Comissões,

04/04/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR

*MA*

*[Signature]*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
PARANÁ



2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 086/2012

MENSAGEN DO PODER EXECUTIVO Nº03/2012

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, altera a Lei nº 4.955, de 13 de Novembro de 1964, que institui o Fundo Penitenciário, e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça e Finanças.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e à Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.


CONCLUSÃO


Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 10 de Abril de 2012.

  
Mauro Moraes  
Presidente da Comissão

  
Elio Rusch  
Relator



**PROJETO DE LEI N.º 120/2012**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP, do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP, do Município de Curitiba, de imóvel localizado na Rua XV de novembro, 2765, esquina com a Rua Camões, lotes H-1, H-3 e H-2 do croqui n.º 4.777, com 2.333,32 m², contendo um prédio em alvenaria de 457,16m², conforme descrito na Transcrição sob n.º 44.458 do 3.º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

**Art. 2.º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de assistência social e agência de correio franqueada, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 21 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR 2012

*[Signature]*  
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 21 de março de 2012  
OF CEE/G 062/12

I – À DAP para leitura no expediente

II – À D L para providências.

Em, 27/03/2012

*[Signature]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP.

Atenciosamente,

*[Signature]*

CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anejo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/SRGV/P/JC

*[Handwritten signature]*  
26/03/12  
@ - 592





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**MENSAGEM N.º 00 /12**

Curitiba, 21 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além disso, insta salientar que a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

Art. 8.º Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para;

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
Inph/Protocolo n.º 11.000.296-3



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Ainda, leciona Hely Lopes Meireles que "A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente".

Visto que a presente medida objetiva ceder o imóvel à ADFP, que há mais de trinta anos presta serviços à sociedade paranaense, atendendo pessoas com deficiência física, prestando diversos serviços de reabilitação e habilitação e, ainda, que o imóvel já se encontra em uso por esta entidade, não há motivos para não concretizar tal cessão.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 13

**PARECER**

Projeto de Lei nº 120/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.008/12

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Associação de Deficientes Físicos do Paraná - ADFP, do imóvel que especifica.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 008/2012, visa autorizar o Poder Executivo a ceder imóvel à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP, do Município de Curitiba.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 14

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Reflete tal dispositivo a Constituição do Estado do Paraná. Veja-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias caberá a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 15

Art. 6º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

- De bens imóveis para:
- a) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

- quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

- 1) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

A jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente"<sup>1</sup>

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro* 33, ed., p. 529





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 6

entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de março de 2012.

DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/12**

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo tem por finalidade efetuar a cessão, a Associação de Deficientes Físicos do Paraná - ADFP, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 2012.

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
Vice - Presidente

**MARCELO DECK**  
Relator

**ANDRÉ MENDES**

**WALTER**



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ANTEPROJETO DE LEI Nº 127/12

**EMENTA:** Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cambé, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1º** Fica criada a 2ª Vara Cível na Comarca de Cambé, entrância Intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2º** Fica alterado o inciso IV do artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea b, com a seguinte redação:

**"Art. 263.....**

**(...)**

**IV – na Comarca de Cambé:**

**a) (...)**

**b) a 2ª Vara Cível"**

**Art. 3º** Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Cambé, de entrância Intermediária.

**Art. 4º** Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O.

O



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
	.....
	CAMBÉ - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	Vara Criminal
	Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
(2)	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	.....
	.....
(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ	
	.....

YA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total			
Camé	Interm.		4	1	1	6			





<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1</p>							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2ª Gratua	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
			2	1		1	4
<p>Camé</p>							

24



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 378.368/2011, tem por finalidade criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Cambé, de entrância intermediária, bem como um novo cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 2 (duas) Varas Cíveis, 1 (uma) Vara Criminal, 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e atenderá uma população de aproximadamente 96.427 habitantes e um total de 24.560 processos em andamento.

A criação da 2ª Vara Cível na Comarca de Cambé, de entrância intermediária, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 13/02/2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 02 de março de 2012.

A proposta altera o art. 263, e os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de R\$ 300.000,00 (não considerando auxílio-saúde e o auxílio-alimentação), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas decorrente de seu preenchimento, será suportado pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,98% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitos o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Cível e um cargo de Juiz de Direito na Comarca de Cambé, de entrância intermediária, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 15 de março de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 15 de março de 2012.  
Of. nº 335/2012-GP

I - À DAP para inclusão no expediente

II - À DL para providências.

Em, 19/03/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 28 MAR. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o Incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara Cível da Comarca de Cambé, de entrância intermediária, adotando outras providências, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

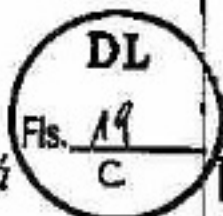
MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente

13/53 28/03/2012 09:17:45 DP ASSURUM LEGISLAÇÃO DO PARANÁ





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 127/12**

Projeto de Lei nº. 127/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cambé, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA 2ª VARA CÍVEL NA COMARCA DE CAMBÉ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

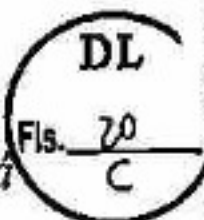
O Projeto de Lei de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná, visa criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Cambé, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciais, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, sendo vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

I - aos tribunais;

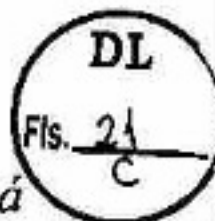
d) propor a criação de novas varas judiciais;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

1 - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL  
Fls. 22  
C

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

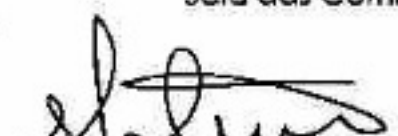
Vislumbra-se, portanto, que o **Tribunal de Justiça** detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

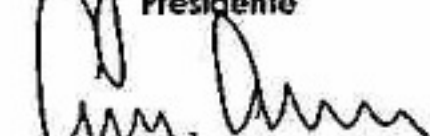
Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Abril de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 127/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 335/12 que cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cambé, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o devido parecer favorável.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

De igual modo, constata-se que o impacto orçamentário-financeiro do projeto em tela, considerando a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), (não considerando auxílio-saúde e o auxílio-alimentação), que será suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Destaco ainda que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que possui adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Sendo assim, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

DL  
Fls. 25  
C

É o parecer.

Sala das Comissões,

18/04/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
RELATOR

*[Assinaturas manuscritas]*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete Deputado Evandro Júnior**

PROJETO DE LEI N.º 149 /2012

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Em, 03 ABR. 2012

  
**1º Secretário**

**Súmula:** Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao jornalista Baltazar Eustáquio de Oliveira.

**Art. 1º** - Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao jornalista Baltazar Eustáquio de Oliveira.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 19 de março de 2012.



**EVANDRO JÚNIOR**  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Evandro Júnior*

**JUSTIFICATIVA**

É com muita honra e satisfação que tomo a iniciativa legislativa de propor aos nobres parlamentares desta Assembleia Legislativa a aprovação da concessão do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Baltazar Eustáquio de Oliveira, por se tratar de ato de reconhecimento de elevadíssimo mérito, em função dos relevantes serviços prestados por ele ao estado do Paraná.

Baltazar Eustáquio de Oliveira, jornalista, mais conhecido como "Taquinho", é nascido em Apucarana, em 01 de fevereiro de 1953.

Trabalhou nas TVs Coroados e Tropical, de Londrina, e TV Tibagi, de Apucarana, nos jornais Diário do Paraná, Folha de Londrina e Tribuna da Cidade.

Tendo no ano de 1986 fundado o Jornal do Norte e em 1991 criado a Tribuna do Norte, fruto da fusão dos jornais Tribuna da Cidade e Jornal do Norte. O jornal Tribuna do Norte circula em 40 Municípios do Vale do Ivaí e Centro Norte do Paraná, sendo considerado um dos dez maiores diários do Estado. Hoje, além da Tribuna do Norte, o Grupo Tribuna de Comunicação, o qual preside, possui a Graf Norte, uma das maiores gráficas do Paraná, bem como o Jornal da Manhã, de Ponta Grossa, os portais TNonline, JM News e a Rádio Tribuna FM. Ao todo, o grupo oferece 200 empregos diretos e outros 100 indiretos.

Ainda, lutou pela duplicação da rodovia Apucarana - Arapongas, ajudou a criar o Centro Moda, atual Campus Apucarana da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR e também um dos maiores colégios estaduais do Paraná, o Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete Deputado Evandro Júnior*

D. L.  
Fls. 04

Desta forma, se justifica a proposição ora apresentada e esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Pedro Lupion

DL  
F/s. 16  
C

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.  
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 149/2012.

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO JORNALISTA BALTAZAR EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA.

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO.  
- PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS -  
ALTERAÇÃO PELAS LEIS N. 14.667/05 E  
16.213/09 - CONSTITUCIONALIDADE E  
LEGALIDADE - APROVAÇÃO - PARECER  
FAVORÁVEL.

Página 1 de 3

PRÉAMBULO

O projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Estadual Evandro Júnior, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao jornalista BALTAZAR EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA.

1





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion

DL  
Fls. 47  
C

## FUNDAMENTAÇÃO

Conforme disposto na Lei n. 13.115/2001, alterada pelas Leis n. 14.677/2005 e 16.213/2009:

"Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo."

Conforme se denota o Projeto de Lei preenche os requisitos estabelecidos em Lei, e ainda se encontra acostadas as certidões negativas (fls. 05 e 06) e certidão criminal (fls. 07).

Ainda, conforme informação prestada pela liderança, ofício anexo, o partido ainda possui quotas para a concessão do referido título de cidadão honorário.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion

DL  
Fls. 18  
C

Desta forma, preenchidos os requisitos legais, não há qualquer óbice para a normal tramitação do projeto de Lei em análise.

## CONCLUSÃO

Por todo o exposto, uma vez preenchido os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Página 3 de 3

**PROJETO DE LEI N.º 169 /2012**



**Súmula:** Fixa, a partir de 1.º de maio de 2012, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do artigo 7.º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n.º 103, de 14 de julho de 2000.

**Art. 1.º** O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais), reproduzidas no Anexo I da presente Lei, com fundamento no inciso V do artigo 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, no Estado do Paraná, a partir de 1º de maio de 2012, será de:

**GRUPO I** – R\$ 783,20 (setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO II** – R\$ 811,80 (oitocentos e onze reais e oitenta centavos) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio e Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO III** – R\$ 842,60 (oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO IV** – R\$ 904,20 (novecentos e quatro reais e vinte centavos) para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**Parágrafo único.** A data-base para reajuste dos pisos salariais é 1.º de Maio.

**Art. 2.º** Ficam estabelecidas as diretrizes para a política Estadual de valorização do salário mínimo regional para o ano de 2013:



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I – O reajuste para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo regional será composto pelo produto entre o ganho real de 5,1%, e a variação acumulada nos últimos doze meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ouvido o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

II – A variação do INPC a que se refere o inciso anterior será o valor acumulado de 12 meses até a data do próximo reajuste.

Parágrafo único. A implementação da variação do INPC será subsidiada por estudos técnicos do Observatório do Trabalho da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS, em conjunto com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Art. 3.º Os valores do piso salarial para o ano de 2013, a que se refere o artigo anterior, serão fixados por decreto pelo Governador de Estado.

Art. 4.º A política de valorização dos pisos salariais a serem fixados a partir do ano de 2014, serão objeto de negociação tripartite entre as Centrais Sindicais e Federações Patronais, com a participação do Governo do Estado, e acompanhamento do Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do MTE.

I – A atualização será subsidiada por estudos técnicos do Observatório do Trabalho da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS, em proposta a ser encaminhada ao Conselho Estadual do Trabalho – CET.

Art. 5.º Compete ao Conselho Estadual do Trabalho – CET:

I – o monitoramento e avaliação da política estadual de valorização do Piso Salarial Mínimo Regional;

II – A realização das reuniões tripartites entre as entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores, para atendimento ao Artigo 4.º desta Lei.

Art. 6.º Esta Lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em Lei Federal, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho e aos Servidores Públicos Municipais.

Art. 7.º Os pisos fixados nesta Lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do art. 7.º da Constituição Federal.



Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 16.807, de 1.º de Maio de 2011.

Curitiba, 13 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado





## GRANDE GRUPO 1:

MEMBROS SUPERIORES DO PODER PÚBLICO, DIRIGENTES DE ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO E DE EMPRESAS, GERENTES

## 11 MEMBROS SUPERIORES E DIRIGENTES DO PODER PÚBLICO

111 MEMBROS SUPERIORES DO PODER LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

1111 Legisladores

1112 Dirigentes gerais de administração pública

1113 Legisladores

1114 Dirigentes do serviço público

112 DIRIGENTES DE PRODUÇÃO, OPERAÇÕES E APOIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

113 CHEFES DE PEQUENAS POPULAÇÕES

1130 Dirigentes de povos indígenas, de quilombolas e cabanos

114 DIRIGENTES E ADMINISTRADORES DE ORGANIZAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

1141 Dirigentes de partidos políticos

1142 Dirigentes e administradores de entidades patronais e dos trabalhadores e de outras instituições socioeconômicas

1143 Dirigentes e administradores de entidades religiosas

1144 Dirigentes e administradores de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos

12 DIRIGENTES DE EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES (EXCETO DE INTERESSE PÚBLICO)

121 DIRETORES GERAIS

1210 Diretores gerais

122 DIRETORES DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES

1221 Diretores de produção e operações em empresas agropecuárias, pesquisa, extrativa e florestal

1222 Diretores de produção e operações em empresas da indústria extrativa, transformação e de serviços de utilidade pública

1223 Diretores de operações de obras em empresas de construção

1224 Diretores de operações em empresas do comércio

1225 Diretores de operações de serviços em empresas de turismo, de alojamento e de alimentação

1226 Diretores de operações de serviços em empresas de armazenamento, de transporte e de telecomunicação

1227 Diretores de operações de serviços em instituições de intermediação financeira

123 DIRETORES DE ÁREAS DE APOIO

1231 Diretores administrativos e financeiros

1232 Diretores de recursos humanos e relações de trabalho

1233 Diretores de comercialização e marketing

1234 Diretores de suprimentos e afins

1235 Diretores de serviços de informática

1237 Diretores de pesquisa e desenvolvimento

1238 Diretores de manutenção

13 DIRETORES E GERENTES EM EMPRESA DE SERVIÇOS DE SAÚDE, DE EDUCAÇÃO, OU DE SERVIÇOS CULTURAIS, SOCIAIS OU PESSOAIS

131 DIRETORES E GERENTES EM EMPRESA DE SERVIÇOS DE SAÚDE, DE EDUCAÇÃO, OU DE SERVIÇOS CULTURAIS, SOCIAIS OU PESSOAIS

1311 Diretores e gerentes de operações em empresa de serviços pessoais, sociais e culturais

1312 Diretores e gerentes de operações em empresa de serviços de saúde

1313 Diretores e gerentes de instituições de serviços educacionais

14 GERENTES

141 GERENTES DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES

1411 Gerentes de produção e operações em empresas agropecuárias, pesquisa, extrativa e florestal

1412 Gerentes de produção e operações em empresa da indústria extrativa, de transformação e de serviços de utilidade pública

1413 Gerentes de obras em empresa de construção

1414 Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica

1415 Gerentes de operações de serviços em empresa de turismo, de alojamento e alimentação

1416 Gerentes de operações de serviços em empresa de transporte, de comunicação e de logística (armazenagem e distribuição)

1417 Gerentes de operações de serviços em instituições de intermediação financeira

142 GERENTES DE ÁREAS DE APOIO

1421 Gerentes administrativos, financeiros e de recursos

1422 Gerentes de recursos humanos e de relações de trabalho

1423 Gerentes de comercialização, marketing e comunicação

1424 Gerentes de suprimentos e afins

1425 Gerentes de tecnologia da informação

1426 Gerentes de pesquisa e desenvolvimento

1427 Gerentes de manutenção

## GRANDE GRUPO 2

PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES

20 PESQUISADORES E PROFISSIONAIS POLICIENTÍFICOS

201 PROFISSIONAIS DA BIOTECNOLOGIA E METROLOGIA

2011 Profissionais da biotecnologia

2012 Profissionais da metrologia

202 PROFISSIONAIS DA ELETROMEQUÂNICA

2021 Engenheiros mecânicos

203 PESQUISADORES

2030 Pesquisadores das ciências biológicas

2031 Pesquisadores das ciências naturais e exatas

2032 Pesquisadores de engenharia e tecnologia

2033 Pesquisadores das ciências da saúde

2034 Pesquisadores das ciências da agricultura

2035 Pesquisadores das ciências sociais e humanas

204 PROFISSIONAIS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

2041 Peritos criminais

21 PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS EXATAS, FÍSICAS E DA ENGENHARIA

211 MATEMÁTICOS, ESTATÍSTICOS E AFINS

2111 Profissionais da matemática

2112 Profissionais da estatística

212 PROFISSIONAIS DA INFORMÁTICA

2122 Engenheiros em computação

2123 Administradores de redes, sistemas e banco de dados

2124 Analistas de sistemas computacionais

213 FÍSICOS, QUÍMICOS E AFINS

2131 Físicos

2132 Químicos

2133 Profissionais das ciências atmosféricas e espaciais e da astronomia

2134 Geólogos e geofísicos

214 ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AFINS

2141 Arquitetos

2142 Engenheiros civis e afins



## GRANDE GRUPO 2

- 2143 Engenheiros eletricitas, eletrônicos e afins
- 2144 Engenheiros mecânicos
- 2145 Engenheiros químicos
- 2146 Engenheiros metalúrgicos e de materiais
- 2147 Engenheiros de minas
- 2148 Engenheiros agrimensores e engenheiros cartógrafos
- 2149 Engenheiros de produção, qualidade e segurança
- 215 PROFISSIONAIS EM NAVEGAÇÃO AÉREA, MARÍTIMA E FLUVIAL
- 2151 Oficial de convés e afins
- 2152 Oficial de máquinas da marinha mercante
- 2153 Profissionais da pilotagem aeronáutica
- 22 PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, DA SAÚDE E AFINS
- 221 BIÓLOGOS E AFINS

2211 Biólogos e afins

## 222 AGRÔNOMOS E AFINS

- 2221 Engenheiros agropecuários
- 223 PROFISSIONAIS DA MEDICINA, SAÚDE E AFINS
- 2231 Médicos
- 2232 Cirurgiões-dentistas
- 2233 Veterinários e zootecnistas
- 2234 Farmacêuticos
- 2235 Enfermeiros
- 2236 Profissionais da fonoaudiologia, fonoterapia e afins
- 2237 Nutricionistas
- 224 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA
- 2241 Profissionais da educação física
- 23 PROFISSIONAIS DO ENSINO
- 231 PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL
- 2311 Professores de nível superior na educação infantil
- 2312 Professores de nível superior do Ensino Fundamental (primária e quarta séries)
- 2313 Professores de nível superior no Ensino Fundamental de quinta e oitava séries

## 232 PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

- 2321 Professores do Ensino Médio
- 233 PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL
- 2331 Professores do Ensino Profissional
- 2332 Instrutores de Ensino Profissional
- 234 PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR
- 2341 Professores de matemática, estatística e informática do Ensino Superior
- 2342 Professores de ciências físicas, químicas e afins do Ensino Superior
- 2343 Professores de arquitetura e urbanismo, engenharia, geografia e geologia do Ensino Superior
- 2344 Professores de ciências biológicas e da saúde do Ensino Superior
- 2345 Professores na área de formação pedagógica do Ensino Superior

## 2346 Professores nas áreas de língua e literatura do Ensino Superior

- 2347 Professores de ciências humanas do Ensino Superior
- 2348 Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis do Ensino Superior

## 2349 Professores de artes do Ensino Superior

## 238 OUTROS PROFESSORES DE ENSINO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

- 2382 Professores de educação especial
- 2384 Programadores, avaliadores e orientadores de ensino
- 24 PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS
- 241 ADVOGADOS, PROCURADORES, TABELIÕES E AFINS

2410 Advogados

- 2412 Procuradores e advogados públicos
- 2413 Tabeliões e registradores

## 242 ADVOGADOS DO PODER JUDICIÁRIO E DA SEGURANÇA PÚBLICA

- 2422 Membros do ministério público
- 2423 Delegados de polícia
- 2424 Defensores públicos e promotores de assistência jurídica

3118 Técnicos lábiais

3117 Coloristas

## 312 TÉCNICOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DE EDIFICAÇÕES E OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

## 25 PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

- 251 CIENTISTAS SOCIAIS, PSICÓLOGOS E AFINS
- 2511 Profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica
- 2512 Economistas
- 2513 Profissionais em pesquisa e análise geográfica
- 2514 Filósofos
- 2515 Psicólogos e psicopedagogos
- 2516 Assistentes sociais e economistas domésticos
- 252 PROFISSIONAIS DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E AFINS
- 2521 Administradores
- 2522 Contadores e afins
- 2523 Secretários executivos e bilíngues
- 2524 Profissionais de recursos humanos
- 2525 Profissionais de administração econômico-financeira
- 253 PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PUBLICIDADE, MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO
- 2531 Profissionais de relações públicas, publicidade, mercado e negócios

## 2532 Profissionais de comercialização e consultoria de serviços bancários

## 2533 Corretoras de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos

## 254 AUDITORES FISCAIS PÚBLICOS

## 2541 Auditores fiscais e técnicos da receita federal

## 2542 Auditores fiscais da previdência social

## 2543 Auditores fiscais do trabalho

## 2544 Fatores de tributos estaduais e municipais

## 26 COMUNICADORES, ARTISTAS E RELIGIOSOS

## 261 PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO

## 2611 Profissionais da jornalismo

## 2612 Profissionais da informática

## 2613 Arquivistas e museólogos

## 2614 Filólogos, intérpretes e tradutores

## 2615 Profissionais da escrita

## 2616 Editores

## 2617 Locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão

## 2618 Fotógrafos profissionais

## 262 PROFISSIONAIS DE ESPETÁCULOS E DAS ARTES

## 2621 Produtores de espetáculos

## 2622 Diretores de espetáculos e afins

## 2623 Cenógrafos

## 2624 Artistas visuais e desenhistas industriais

## 2625 Atores

## 2626 Músicos compositores, arranjadores, regentes e musicólogos

## 2627 Músicos intérpretes

## 2628 Artistas da dança (moveto dança tradicional e popular)

## 2629 Designer de interiores de nível superior

## 263 MEMBROS DE CULTOS RELIGIOSOS E AFINS

- 2631 Membros de cultos, esoterismos, teólogos e profissionais semelhantes

## GRANDE GRUPO 3

## TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

## 30 TÉCNICOS POLIVALENTES

## 300 TÉCNICOS MECATRÔNICOS E ELETROMECÂNICOS

## 3001 Técnicos em mecatrônica

## 3003 Técnicos em eletromecânica

## 301 TÉCNICOS EM LABORATÓRIO

## 3011 Técnicos de laboratório industrial

## 3012 Técnicos de apoio à biotecnologia

## 31 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS, ENGENHARIA E AFINS

## 311 TÉCNICO EM CIÊNCIAS FÍSICAS E QUÍMICAS

## 3111 Técnicos químicos

## 3112 Técnicos de produção de indústrias químicas, petroquímicas, refinarias de petróleo, gás e afins

## 3113 Técnicos em materiais, produtos sintéticos e plásticos

## 3114 Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha

## 3115 Técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de efluentes

## 311 Professores de nível médio na Educação Infantil

## 312 Professores de nível médio no Ensino Fundamental



- 3121 Técnicos em construção civil (edificações)
- 3122 Técnicos em construção civil (obras de infra-estrutura)
- 3123 Técnicos em geodésia
- 313 TÉCNICOS EM ELETROELETRÔNICA E FOTÔNICA
- 3131 Técnicos em eletrônica e eletrotécnica
- 3132 Técnicos em eletrônica
- 3133 Técnicos em telecomunicações
- 3134 Técnicos em calibração e instrumentação
- 3135 Técnicos em fotônica
- 314 TÉCNICOS EM METALMECÂNICA
- 3141 Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos
- 3142 Técnicos mecânicos (ferramentas)
- 3143 Técnicos em mecânica veicular
- 3144 Técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos
- 3145 Técnicos em metalurgia (estruturas metálicas)
- 3147 Técnica em soldagem
- 315 TÉCNICOS EM MINERALOGIA E GEOLOGIA
- 3151 Técnica em geologia
- 3153 Técnica em mineração
- 317 TÉCNICOS EM INFORMÁTICA
- 3171 Técnica de desenvolvimento de sistemas e aplicações
- 3172 Técnica em operação e monitoração de computadores
- 318 DESENHISTAS TÉCNICOS E MODELISTAS
- 3180 Desenhistas técnicos, em geral
- 3181 Desenhistas técnicos de construção civil e arquitetura
- 3182 Desenhistas técnicos de mecânica
- 3183 Desenhistas técnicos em eletricidade, eletrônica, eletromecânica, costura, vestimenta e participação
- 3184 Desenhistas técnicos de produtos e serviços diversos
- 3185 Desenhistas projetistas de construção civil e arquitetura
- 3186 Desenhistas projetistas de mecânica
- 3187 Desenhistas projetistas de eletrônica
- 3188 Desenhistas projetistas e modelistas de produtos e serviços diversos
- 319 OUTROS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS, ENGENHARIA E AFINS
- 3191 Técnicos do vestuário
- 3192 Técnicos do mobiliário e afins
- 32 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, BIOQUÍMICAS, DA SAÚDE E AFINS
- 320 TÉCNICOS EM BIOLOGIA
- 3201 Técnicos em biologia
- 321 TÉCNICOS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
- 3211 Técnicos agrícolas
- 3212 Técnicos florestais
- 3213 Técnicos em aquicultura
- 322 TÉCNICOS DA CIÊNCIA DA SAÚDE HUMANA
- 3221 Acupunturistas, podólogos, quiropráticos e afins
- 3222 Técnicos e auxiliares de enfermagem
- 3223 Ópticos optometristas
- 3224 Técnicos de odontologia
- 3225 Técnicos em processos ortopédicos
- 3226 Técnicos de imobilização ortopédica
- 323 TÉCNICOS DA CIÊNCIA DA SAÚDE ANIMAL
- 3231 Técnicos em pecuária
- 324 TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS DE DIAGNÓSTICO
- 3241 Técnicos em equipamentos médicos e odontológicos
- 3242 Técnicos e auxiliares técnicos em psicologia clínica
- 325 TÉCNICOS DE BIOQUÍMICA E DA BIOTECNOLOGIA
- 3250 Endógenos, Peptidistas e Aromatizantes
- 3251 Técnicos em manipulação farmacêutica
- 3252 Técnicos em produção, conservação e de qualidade de alimentos
- 3253 Técnicos de apoio à biotecnologia
- 326 TÉCNICOS EM NECRÓPSIA E TAXIDERMISTAS
- 3261 Técnicos em necrópsia e taxidermistas
- 33 PROFESSORES LÍNGUAS E DE NÍVEL MÉDIO
- 331 PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTE, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE
- 3313 Professores de nível médio no Ensino Profissionalizante
- 332 PROFESSORES LÍNGUAS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE
- 3321 Professores línguas no Ensino Fundamental
- 3322 Professores línguas no Ensino Profissionalizante
- 333 INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES
- 3331 Instrutores e professores de cursos livres
- 334 INSPECTORES DE ALUNOS E AFINS
- 3341 Inspectores de alunos
- 34 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM SERVIÇOS DE TRANSPORTES
- 341 TÉCNICOS EM NAVEGAÇÃO AEREA, MARÍTIMA E FLUVIAL
- 3411 Pilotos de aviação comercial, mecânicos de voo e afins
- 3412 Técnicos marítimos, fluviais e pescadores de comêis
- 3413 Técnicos marítimos e fluviais de máquinas
- 342 TÉCNICOS EM TRANSPORTES (LOGÍSTICA)
- 3421 Técnicos em logística de transportes multimodal
- 3422 Despatchers aduaneiros
- 3423 Técnicos em transportes rodoviários
- 3424 Técnicos em transportes metroferrviários
- 3425 Técnicos em transportes aéreos
- 3426 Técnicos em transportes por via navegável e operações portuárias
- 35 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
- 351 TÉCNICOS DAS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
- 3511 Técnicos em contabilidade
- 3513 Técnicos em administração
- 3514 Secretários de justiça e afins
- 3515 Técnicos em secretariado, burocratas e estatísticos
- 3516 Técnicos em segurança no trabalho
- 3517 Técnicos de seguros e afins
- 3518 Agentes de investigação e identificação
- 352 TÉCNICOS DE INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
- 3522 Agentes de saúde e do meio ambiente
- 3523 Agentes locais meteorológicos e de qualidade
- 3524 Profissionais de defesa autoral e de avaliação de produtos dos meios de comunicação
- 353 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS
- 3532 Técnicos em operações e serviços bancários
- 354 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES COMERCIAIS
- 3541 Técnicos de vendas especializadas
- 3542 Compradores
- 3543 Analistas de comércio exterior
- 3544 Lixeiros e avaliadores
- 3545 Corretores de seguros
- 3546 Corretores de imóveis
- 3547 Representantes comerciais autônomos
- 3548 Técnicos em turismo
- 36 TÉCNICOS EM NÍVEL MÉDIO DOS SERVIÇOS CULTURAIS, DAS COMUNICAÇÕES
- 361 TÉCNICOS DE SERVIÇOS CULTURAIS
- 3611 Técnicos em bibliotecas
- 3612 Técnicos em museologia e afins
- 3613 Técnicos em artes gráficas
- 3614 Recreadores
- 362 TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE CÂMERA FOTOGRÁFICA, CINEMA E DE TELEVISÃO
- 3621 Operadores de vídeo de teleprocessamento e afins
- 363 TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE EMISSORAS DE RÁDIO, SISTEMAS DE TELEVISÃO E DE PRODUTORES DE VÍDEO
- 3631 Técnicos de operação de emissoras de rádio
- 3632 Técnicos em operação de sistemas de televisão e de produtores de vídeo
- 364 TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE APARELHOS DE SONORIZAÇÃO, CENOGRAFIA E PROJEÇÃO
- 3641 Técnicos em áudio
- 3642 Técnicos em cenografia
- 3643 Técnicos em operação de aparelhos de projeção
- 3644 Técnicos em montagem, edição e finalização de filme e vídeo
- 365 DECORADORES E VITRINISTAS





3751 Designers de interiores, de vitrines e visual merchandiser (nível médio)

376 ARTISTAS DE ARTES POPULARES E MODELOS

3781 Dançarinos tradicionais e populares

3782 Artistas de circo (circos-espa)

3783 Apresentadores de espetáculos, eventos e programas

3784 Modelos

377 ATLETAS, DESPORTISTAS E AFINS

3771 Atletas profissionais

3772 Atletas desportivos

38 OUTROS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

381 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES INDUSTRIAIS

3811 Técnicos de planeamento e controlo da produção

3812 Técnicos de controlo da produção

380 TÉCNICOS DE APOIO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

3851 Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento

GRANDE GRUPO 4

TRABALHADORES DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

41 ESCRITURÁRIOS

410 SUPERVISORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (exceto de atendimento ao público)

4101 Supervisores administrativos

4102 Supervisores de serviços financeiros, de crédito e de controlo

411 ESCRITURÁRIOS EM GERAL, AGENTES, ASSISTENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

4110 Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos

412 SECRETÁRIOS DE EXPEDIENTE E OPERADORES DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIOS

4121 Operadores de equipamento de entrada e transmissão de dados

4122 Contínuos

413 ESCRITURÁRIOS CONTÁBEIS E DE FINANÇAS

4131 Auxiliares de contabilidade

4132 Escriturários de serviços bancários

414 ESCRITURÁRIOS DE CONTROLE DE MATERIAIS E DE APOIO À PRODUÇÃO

4141 Almoceiros e secretários

4142 Apontadores e conferentes

415 AUXILIARES DE SERVIÇOS DE BIBLIOTECA, DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO

4151 Auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa

4152 Carreiros e operadores de trânsito de serviços postais

42 TRABALHADORES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

420 SUPERVISORES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

4201 Supervisores de atendimento ao público e de pesquisa

421 CAIXAS, BILHETEIRAS E AFINS

4211 Caixa e bilheteira (exceto caixa de banco)

4212 Cobrador de apostas e de jogos

4213 Cobradores e afins

422 TRABALHADORES DE INFORMAÇÕES AO PÚBLICO

4221 Recepcionistas

4222 Operadores de telemática

4223 Operadores de telemarketing

423 DESPACHANTES

4231 Despachantes documentais

424 ENTREVISTADORES, RECENSEADORES E AFINS

4241 Entrevistadores e recenseadores

GRANDE GRUPO 5

TRABALHADORES DOS SERVIÇOS, VENDEDORES DO COMÉRCIO EM LOJAS E MERCADOS

51 TRABALHADORES DOS SERVIÇOS

510 SUPERVISORES DOS SERVIÇOS

5101 Supervisores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração de edifícios

5102 Supervisores de lavanderia

5103 Supervisores dos serviços de proteção, segurança e afins

511 TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE E TURISMO

5111 Trabalhadores de segurança e atendimento aos usuários nos transportes

5112 Frotista e cobrador dos transportes coletivos

5114 Guia de turismo

512 TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS EM GERAL

5121 Trabalhadores dos serviços domésticos em geral

513 TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE HOTELARIA E ALIMENTAÇÃO

5131 Mordomos e governantas

5132 Cozinha

5133 Camareiros, roupeiros e afins

5134 Carpenters, barbeiros, cabeleiros e estomatologistas

514 TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS E LOGRADOUROS

5141 Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios

5142 Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros

515 TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

5151 Agentes comunitários de saúde e afins

5152 Auxiliares de laboratório de saúde

516 TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE EMBELEZAMENTO E CUIDADOS PESSOAIS

5161 Trabalhadores nos serviços de embelezamento e higiene

5162 Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos

5163 Tintureiros, lavadores e afins, à máquina

5164 Lavadores e passadores de roupa, à mão

5165 Trabalhadores dos serviços funerários

5166 Trabalhadores auxiliares dos serviços funerários

5167 Atribuições e numeração

5168 Esbeltas e parafusos

517 TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

5171 Bombeiros e salva-vidas

5172 Policiais, guardas civis municipais e agentes de trânsito

5173 Vigilantes e guardas de segurança

5174 Porteiros e vigias

518 OUTROS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DIVERSOS

5181 Montadores e ajudantes de montagem rápidos

5182 Coladores de material receptivo

5183 Trabalhadores de serviços veterinários, de higiene e estéticas de animais domésticos

5184 Profissionais de peso

5185 Outros trabalhadores em serviços

52 VENDEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO

520 SUPERVISORES DE VENDAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5201 Supervisores de vendas e de prestação de serviços

521 VENDEDORES E DEMONSTRADORES

5211 Operadores do comércio em lojas e mercados

522 REPOSITORES E REMARCADORES DO COMÉRCIO

523 INSTALADORES DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS

5231 Instaladores de produtos e acessórios

524 VENDEDORES A DOMICÍLIO, AMBULANTES E EM BANCAS

5241 Vendedores em domicílio

5242 Vendedores em bancas, quiosques e feiras

5243 Vendedores ambulantes

GRANDE GRUPO 6

TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS, FLORESTAIS E DA PESCA

61 PRODUTORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA

611 PRODUTORES AGROPECUÁRIOS EM GERAL

6110 Produtores agropecuários em geral

612 PRODUTORES AGRÍCOLAS

6120 Produtores agrícolas polivalentes

6121 Produtores agrícolas na cultura de grãos

6122 Produtores agrícolas na cultura de plantas fibrosas

6123 Produtores agrícolas na cultura de hortaliças

6124 Produtores agrícolas na cultura de flores e plantas ornamentais

6125 Produtores agrícolas na fruticultura

6126 Produtores agrícolas na cultura de plantas estufantes

6127 Produtores agrícolas na cultura de plantas espinhosas

6128 Produtores de especiarias e de plantas aromáticas e medicinais

613 PRODUTORES EM PECUÁRIA

6130 Produtores em pecuária polivalente

6131 Produtores em pecuária de animais de grande porte

6132 Produtores em pecuária de animais de médio porte

6133 Produtores de avicultura e ornicultura

6134 Produtores de animais e insetos vivos

62 TRABALHADORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA

620 SUPERVISORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA

6201 Supervisores na exploração agropecuária

621 TRABALHADORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA EM GERAL

6210 Trabalhadores agropecuários em geral



## 622 TRABALHADORES AGRÍCOLAS

6220 Trabalhadores de apoio à agricultura

6221 Trabalhadores agrícolas na cultura de grãos e cereais

6222 Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas fibrosas

6223 Trabalhadores agrícolas na silvicultura

6224 Trabalhadores agrícolas no cultivo de flores e plantas ornamentais

6225 Trabalhadores agrícolas na fruticultura

6226 Trabalhadores agrícolas nas culturas de plantas aromáticas

6227 Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas oleaginosas

6228 Trabalhadores agrícolas na cultura de especiarias e de plantas aromáticas e medicinais

## 623 TRABALHADORES NA PECUÁRIA

6230 Tratadores polivalentes de animais

6231 Trabalhadores na pecuária de animais de grande porte

6232 Trabalhadores na pecuária de animais de médio porte

6233 Trabalhadores na avicultura e cunicultura

6234 Trabalhadores na criação de insetos e animais órfãos

## 63 PESCADORES E EXTRATIVISTAS FLORESTAIS

630 SUPERVISORES NA EXPLORAÇÃO FLORESTAL E PESCA

6301 Supervisores na área florestal e agricultura

## 631 PESCADORES E CAÇADORES

6310 Pescadores polivalentes

6311 Pescadores profissionais artesanais de águas doces

6312 Pescadores de águas costeiras e alto-mar

6313 Criadores de animais aquáticos

6314 Trabalhadores de apoio à pesca

## 632 EXTRATIVISTAS FLORESTAIS

6320 Trabalhadores florestais polivalentes

6321 Extrativistas e colheedores de espécies produtoras de madeira

6322 Extrativistas florestais de espécies produtoras de gomas e resinas

6323 Extrativistas florestais de espécies produtoras de fibras, cascas e óleos

6324 Extrativistas florestais de espécies produtoras de alimentos silvestres

6325 Extrativistas florestais de espécies produtoras de substâncias aromáticas, medicinais e tóxicas

## 6326 Carveleiros

## 64 TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E FLORESTAL

### 641 TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

6410 Trabalhadores da mecanização agrícola

642 TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO FLORESTAL

6420 Trabalhadores da mecanização florestal

643 TRABALHADORES DA IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

6430 Trabalhadores da irrigação e drenagem

### GRANDE GRUPO 7

## TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS

### 71 TRABALHADORES DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL

710 SUPERVISORES DA EXTRAÇÃO MINERAL E DA CONSTRUÇÃO CIVIL

7101 Supervisores da extração mineral

7102 Supervisores da construção civil

711 TRABALHADORES DA EXTRAÇÃO MINERAL

7111 Trabalhadores da extração de minerais sólidos

7112 Trabalhadores da extração de minerais sólidos (operadores de máquinas)

7113 Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gases

7114 Operários e operadores de salinas

712 TRABALHADORES DE BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS E PEDRAS ORNAMENTAIS

7121 Trabalhadores de beneficiamento de minérios

7122 Trabalhadores de beneficiamento de pedras ornamentais

713 TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

7131 Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações

7132 Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações

7133 Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados

7134 Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados

7135 Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados

7136 Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações

7137 Trabalhadores na operação de máquinas de concreto armado

7138 Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis

7139 Trabalhadores de instalações elétricas

7140 Aplicadores de materiais isolantes

7141 TRABALHADORES DE ACABAMENTO DE OBRAS

7142 Revestidores de concreto

7143 Toldadores (revestimentos rígidos)

7144 Vidraceiros (revestimentos rígidos)

7145 Gessoiros

7146 Aplicações de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras

7147 Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)

### 717 AJUDANTES DE OBRAS

7170 Ajudantes de obras civis

### 72 TRABALHADORES DA TRANSFORMAÇÃO DE METAIS E DE COMPOSTOS

720 SUPERVISORES DA TRANSFORMAÇÃO DE METAIS E DE COMPOSTOS

7201 Supervisores de usinagem, conformação e tratamento de metais

7202 Supervisores da fabricação e montagem metalomecânicos

721 TRABALHADORES DE USINAGEM DE METAIS E DE COMPOSTOS

7211 Ferramenteiros e afins

7212 Preparadores e operadores de máquinas-ferramentas convencionais

7213 Afiladores e polidores de metais

7214 Operadores de máquinas de usinagem CNC

722 TRABALHADORES DE CONFORMAÇÃO DE METAIS E DE COMPOSTOS

7221 Trabalhadores de forjamento de metais

7222 Trabalhadores de fundição de metais puros e de ligas metálicas

7223 Trabalhadores de moldagem de metais e de ligas metálicas

7224 Trabalhadores de tráfego e acabamento de metais puros e ligas metálicas

723 TRABALHADORES DE TRATAMENTO TÉRMICO E DE SUPERFÍCIES DE METAIS E DE COMPOSTOS

7231 Trabalhadores de tratamento térmico de metais

7232 Trabalhadores de tratamento de superfícies de metais e de compostos (termoquímicos)

7233 Trabalhadores da pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compostos

724 TRABALHADORES DE MONTAGEM DE TUBULAÇÕES, ESTRUTURAS METÁLICAS E DE COMPOSTOS

7241 Encarregados e instaladores de tubulações

7242 Trabalhadores de içagem e montagem de estruturas metálicas e de compostos

7243 Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas

7244 Trabalhadores de caldeiraria e soldagem

7245 Operadores de máquinas de conformação de metais

7246 Trabalhadores e técnicos de cabos de aço

### 73 MONTADORES DE MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS

730 Ajustadores mecânicos polivalentes

7301 Montadores de máquinas, aparelhos e acessórios em linhas de montagem

7302 Montadores de máquinas industriais

7303 Montadores de máquinas portáteis e equipamentos agrícolas

7304 Mecânicos montadores de motores e subcomponentes

7305 Montadores de veículos automotores (linha de montagem)

7306 Montadores de sistemas e estruturas de estruturas

7307 Instaladores de equipamentos de refrigeração e ventilação

### 74 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO ELETROELETRÔNICA

740 SUPERVISORES DE MONTAGENS E INSTALAÇÕES ELETROELETRÔNICAS

7401 Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas

741 MONTADORES E INSTALADORES DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS EM GERAL

7411 Montadores de equipamentos eletroeletrônicos

7412 Montadores de aparelhos de telecomunicações

7413 Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações

742 INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS E CABOS ELÉTRICOS E DE COMUNICAÇÕES

7421 Trabalhadores da pré-impressão gráfica

7422 Trabalhadores da impressão gráfica

7423 Trabalhadores do acabamento gráfico





7401 Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais  
741 MONTADORES E AJUSTADORES DE INSTRUMENTOS DE PRECISÃO  
7411 Mecânicos de instrumentos de precisão  
742 MONTADORES E AJUSTADORES DE INSTRUMENTOS MUSICAIS  
7421 Condiçãoadores de instrumentos musicais  
75 JOALHEIROS, VIDREIROS, CERAMISTAS E AFINS  
750 SUPERVISORES DE JOALHERIA, VIDRARIA, CERÂMICA E AFINS

7501 Supervisores de joalheria e afins

7502 Supervisores de vidraria, cerâmicos e afins

751 JOALHEIROS E OURIVES

7510 Joalheiros e lapidadores de gemas

7511 Artesãos de metais preciosos e semi-preciosos

752 VIDREIROS, CERAMISTAS E AFINS

7521 Sopeladores, moldadores e modeladores de vidro e afins

7522 Trabalhadores de transformação de vidro plano

7523 Ceramistas (preparação e fabricação)

7524 Vidreiros e ceramistas (arte e decoração)

76 TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS TÊXTIL, DO CURTIMENTO, DO VESTUÁRIO E DAS ARTES GRÁFICAS

760 SUPERVISORES NAS INDÚSTRIAS TÊXTIL, DO CURTIMENTO, DO VESTUÁRIO E DAS ARTES GRÁFICAS

7601 Supervisores da indústria têxtil

7602 Supervisores na indústria do curtimento

7603 Supervisores na confecção do vestuário

7604 Supervisores na confecção de calçados

7605 Supervisores da confecção de artefatos de tecidos, couros e afins

7606 Supervisores das artes gráficas

761 TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS

7610 Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis

7611 Trabalhadores da classificação de fibras têxteis e lavagem de fil

7612 Operadores de fição

7613 Operadores de tear e máquinas similares

7614 Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis

7615 Inspetores e revisores de produção têxtil

762 TRABALHADORES DO TRATAMENTO DE COUROS E PELES

7620 Trabalhadores polivalentes do tratamento de couros e peles

7621 Trabalhadores da preparação do curtimento de couros e peles

7622 Trabalhadores do curtimento de couros e peles

7623 Trabalhadores do acabamento de couros e peles

763 TRABALHADORES DA CONFECÇÃO DE ROUPAS

7630 Profissionais polivalentes da confecção de roupas

7631 Trabalhadores da preparação da confecção de roupas

7632 Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário

7633 Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas

764 TRABALHADORES DA CONFECÇÃO DE CALÇADOS

7640 Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados

7641 Trabalhadores da preparação da confecção de calçados

7642 Operadores de máquinas da costura e montar calçados

7643 Trabalhadores de acabamento de calçados

765 TRABALHADORES DA CONFECÇÃO DE ARTIFATOS DE TECIDOS E COUROS

7650 Trabalhadores polivalentes da confecção de artefatos de tecidos e couros

7651 Trabalhadores da preparação de artefatos de tecidos, couros e tapeçaria

7652 Trabalhadores da confecção de artefatos de tecidos e couros

7653 Operadores de máquinas na confecção de artefatos de couro

7654 Trabalhadores de acabamento de artefatos de tecidos e couros

766 TRABALHADORES DA PRODUÇÃO GRÁFICA

#### GRANDE GRUPO 8

TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS

81 TRABALHADORES EM INDÚSTRIAS DE PROCESSOS CONTÍNUOS E OUTRAS INDÚSTRIAS

810 SUPERVISORES DE PRODUÇÃO, EM INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS

8101 Supervisores de produção em indústrias químicas, petroquímicas e afins

8102 Supervisores de produção em indústrias de transformação de plásticos e borrachas

8103 Supervisores de produção em indústrias de produtos farmacêuticos, químicos e afins

811 OPERADORES DE INSTALAÇÕES EM INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS

8110 Operadores polivalentes de equipamentos em indústrias químicas, petroquímicas e afins

7684 Trabalhadores de laboratório fotográfico e radiológico

769 TRABALHADORES ARTESANAS DAS ATIVIDADES TÊXTEIS, DO VESTUÁRIO E DAS ARTES GRÁFICAS

7691 Trabalhadores de tecelagem manual, bico, crochê, rendas e afins

7692 Trabalhadores artesanais da confecção de peças e tecidos

7693 Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couro e peles

7694 Trabalhadores tipográficos, litográficos e afins

7697 Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade)

77 TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRA E DO MOBILIÁRIO

770 SUPERVISORES EM INDÚSTRIA DE MADEIRA, MOBILIÁRIO E DA CARPINTARIA VEICULAR

7701 Supervisores em indústria de madeira, mobiliário e da carpintaria veicular

771 MARCENEIROS E AFINS

7711 Marceneiros e afins

772 TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DA MADEIRA

7721 Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira

773 TRABALHADORES DA TRANSFORMAÇÃO DA MADEIRA E DA FABRICAÇÃO DO MOBILIÁRIO

7731 Operadores de máquinas de desdobramento da madeira

7732 Operadores de máquinas de aglomeração e prensagem de chapas

7733 Operadores de usinagem convencional de madeira

7734 Operadores de máquina de serrar madeira (produção em série)

7735 Operadores de máquinas de usinagem de madeira CNC

774 TRABALHADORES DE MONTAGEM DE MÓVEIS E ARTIFATOS DE MADEIRA

7741 Montadores de móveis e artefatos de madeira

775 TRABALHADORES EM ACABAMENTO DE MADEIRA E DE MOBILIÁRIO

7751 Trabalhadores de arte e do acabamento em madeira e do mobiliário

776 TRABALHADORES ARTESANAS DA MADEIRA E DO MOBILIÁRIO

7764 Condiçãoadores de artefatos de madeira, móveis de vidro e afins

777 TRABALHADORES DA CARPINTARIA VEICULAR

7771 Carpinteiros navais

7772 Carpinteiros de carrocerias e camelôs

78 TRABALHADORES DE FUNÇÕES TRANSVERSAIS

780 SUPERVISORES DE TRABALHADORES DE EMBALAGEM E ETIQUETAGEM

7801 Supervisores de trabalhadores de embalagem e etiquetagem

781 OPERADORES DE ROBÔS E EQUIPAMENTOS ESPECIAIS

7811 Condutores de processos robóticos

7813 Operadores de veículos autônomos controlados remotamente

7817 Trabalhadores subaquáticos

782 CONDUTORES DE VEÍCULOS E OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ELEVÇÃO E DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

7821 Operadores de máquinas e equipamentos de elevação

7822 Operadores de equipamentos de movimentação de cargas

7823 Motoristas de veículos de pequeno e médio porte

7824 Motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários

7825 Motoristas de veículos de cargas em geral

7826 Operadores de veículos sobre trilhos e cabos aéreos

7827 Trabalhadores aquáticos

7828 Condutores de animais e de veículos de tração animal e pedais

783 TRABALHADORES DE MANOBRAS SOBRE TRILHOS E MOVIMENTAÇÃO E CARGAS

7831 Trabalhadores de manobras de transporte sobre trilhos

7832 Trabalhadores de cargas e descarga de elevadores

784 EMBALADORES E ALIMENTADORES DE PRODUÇÃO

7841 Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem

7842 Alimentadores de linhas de produção

#### GRANDE GRUPO 8

8331 Operadores de máquinas na fabricação de produtos de papel e papéis

8332 Trabalhadores artesanais de produtos de papel e papéis

84 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO

840 SUPERVISORES DA FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO

8401

8401 Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

841 OPERADORES DE EQUIPAMENTOS NA PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

8411 Trabalhadores da indústria de beneficiamento de grãos, cereais e afins



8111 Operadores de equipamentos de moagem e mistura de materiais (tratamentos químicos e afins)

8112 Operadores de calibração e de tratamentos químicos de materiais radioativos

8113 Operadores de equipamentos de filtragem e separação

8114 Operadores de equipamentos de destilação, evaporação e reação

8115 Operadores de equipamentos de proteção e refin de petróleo e gás

8116 Operadores de equipamentos de coagulação

8117 Operadores de instalações e máquinas de produtos plásticos, de tenacha e moldadores de parafina

8118 Operadores de máquinas e instalações de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins

812 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE MUNIÇÃO E EXPLOSIVOS QUÍMICOS

8121 Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos

813 OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS

8131 Operadores de processos das indústrias de transformação de produtos químicos, petroquímicos e afins

814 OPERADORES DE OPERAÇÃO UNITÁRIA DE LABORATÓRIO (TRANSVERSAL PARA TODA INDÚSTRIA DE PROCESSOS)

8161 Laboratoristas industriais e afins

82 TRABALHADORES DE INSTALAÇÕES SIDERÚRGICAS E DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

820 SUPERVISORES DE PRODUÇÃO EM INDÚSTRIAS SIDERÚRGICAS

8201 Supervisores de produção em indústrias siderúrgicas

8202 Supervisores na fabricação de materiais para construção (ferros e cerâmicas)

821 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE METAIS E LIGAS - PRIMEIRA FUSÃO

8211 Operadores de instalações de sinterização

8212 Operadores de fornos de primeira fusão e aciaria

8213 Operadores de equipamentos de laminação

8214 Operadores de equipamentos de acabamento de chapas e metais

822 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE METAIS E LIGAS - SEGUNDA FUSÃO

8221 Fornos metalúrgicos (segunda fusão e aquecimento)

823 TRABALHADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, CERÂMICA E VIDRO

8231 Operadores na preparação de massas para abrasivo, vidro, cerâmico, porcelana e materiais de construção

8232 Operadores de equipamentos de fabricação e beneficiamento de cristais, vidros, cerâmicos, porcelânicos, fibras de vidro, abrasivos e afins

8233 Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de materiais de construção

8261 Trabalhadores da fabricação de cerâmica estrutural para construção

83 TRABALHADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS DE FABRICAÇÃO DE CELULOSE E PAPEL

830 SUPERVISORES DA FABRICAÇÃO DE CELULOSE E PAPEL

8301 Supervisores da fabricação de celulose e papel

831 TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE PASTA DE PAPEL

8311 Preparadores de pasta para fabricação de papel

832 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE PAPEL

8321 Operadores de máquinas de fabricar papel e papéis

833 CONFECIONADORES DE PRODUTOS DE PAPEL E PAPELÃO

911 MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E RESIDENCIAIS

9111 Mecânicos de manutenção de bombas, motores, compressores e equipamentos de transmissão

9112 Mecânicos de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração

9113 Mecânicos de manutenção de máquinas industriais

913 MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

9131 Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas

914 MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR

9141 Mecânicos de manutenção aeronáutica

9142 Mecânicos de manutenção de motores e equipamentos navais

9143 Mecânicos de manutenção metrológica

9144 Mecânicos de manutenção de veículos automotores

915 REPARADORES DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

9151 Técnicos em manutenção e reparação de instrumentos de medição e pesagem

9152 Restauradores de instrumentos musicais

8412 Trabalhadores no beneficiamento de sal

8413 Trabalhadores na fabricação e refin de açúcar

8414 Trabalhadores na fabricação e conservação de alimentos

8415 Trabalhadores na pasteurização do leite e na fabricação de leite condensado e afins

8416 Trabalhadores na industrialização de café, cacau, mel e de produtos afins

8417 Trabalhadores na fabricação de cachaça, cerveja, vinhos e outros bebidas

8418 Operadores de equipamentos na fabricação de pães, massas alimentícias, doces, chocolates e achocolatados

842 OPERADORES NA PREPARAÇÃO DE FUMO E NA FABRICAÇÃO DE CHARUTOS E CIGARROS

8421 Beneficiadores de fumo

8422 Charuteiros

8423 Cigarrheiros

848 TRABALHADORES ARTESANOS NA AGRICULTURA, NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E DO FUMO

8481 Trabalhadores artesanais na conservação de alimentos

8482 Trabalhadores artesanais na pasteurização do leite e na fabricação de leite condensado e afins

8483 Padeiros, confeitares e afins

8484 Trabalhadores em atividades artesanais

8485 Negociantes e afins

8486 Trabalhadores artesanais na indústria do fumo

88 OPERADORES DE PRODUÇÃO, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO (ENERGIA, ÁGUA E UTILIDADES)

880 SUPERVISORES DA PRODUÇÃO DE UTILIDADES

8801 Supervisores da produção de utilidades

881 OPERADORES NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, TERMOELÉTRICAS E NUCLEARES)

8811 Operadores de instalações de geração e distribuição de energia elétrica, hidráulica, térmica ou nuclear

8812 Operadores de instalações de distribuição de energia elétrica

882 OPERADORES DE UTILIDADES

8821 Operadores de máquinas a vapor e utilidades

8822 Operadores de instalações de captação, tratamento e distribuição de água

8823 Operadores de instalações de captação e esgoto

8824 Operadores de instalações de extração, processamento, armazenamento e distribuição de gases

8825 Operadores de instalações de refrigeração e ar condicionado

887 OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS

8871 OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS

GRANDE GRUPO 9

TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO

91 TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO MECÂNICA

910 SUPERVISORES EM SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO MECÂNICA

9101 Supervisores em serviços de reparação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais

9102 Supervisores em serviços de reparação e manutenção veicular

9103 Supervisores de outros trabalhadores de serviços de reparação, conservação e manutenção

931 PRAÇAS DE BOMBEIRO MILITAR

9311 Subtenentes e sargentos do corpo de bombeiros militar

9312 Cabos e soldados do corpo de bombeiros militar



9153 Técnicos em manutenção e reparação de equipamentos biomédicos  
9154 Reparadores de equipamentos fotográficos  
919 OUTROS TRABALHADORES NA REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
9191 Lubrificadores  
9192 Trabalhadores de manutenção de roçadeiras, motosserras e similares  
9193 Mecânicos de manutenção de bicicletas e equipamentos esportivos e de grúas  
95 POLIMANUTENEDORES  
950 SUPERVISORES DE MANUTENÇÃO ELETROELETRÔNICA E ELETROMECAÂNICA  
9501 Supervisores de manutenção eletroeletrônica industrial, comercial e predial  
9502 Supervisores de manutenção eletroeletrônica veicular  
9503 Supervisores de manutenção eletromeccânica  
951 ELETRICISTAS ELETRÔNICOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, COMERCIAL E RESIDENCIAL  
9511 Eletricistas de manutenção eletroeletrônica  
9513 Instaladores e mantenedores de sistemas eletroeletrônicos de segurança  
953 ELETRICISTAS ELETRÔNICOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR  
9531 Eletricistas eletrônicos de manutenção veicular (aérea, terrestre e naval)  
954 MANUTENEDORES ELETROMECAÂNICOS  
9541 Instaladores e mantenedores eletromeccânicos de elevadores, escadas e portas automáticas  
9542 Reparadores de aparelhos eletrodomésticos  
9543 Reparadores de equipamentos de escritório  
99 OUTROS TRABALHADORES DA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO  
991 OUTROS TRABALHADORES DA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO (EXCETO TRABALHADORES ELEMENTARES)  
9911 Conservadores de vias permanentes (ônibus)  
9912 Mantenedores de equipamentos de piquês de drenagem e similares  
9913 Reparadores de carrocerias de veículos  
9914 Mantenedores de edificações  
992 TRABALHADORES ELEMENTARES DA MANUTENÇÃO  
9921 Trabalhadores elementares de serviços de manutenção veicular  
9922 Trabalhadores operacionais de conservação de vias permanentes (exceto ônibus)

#### GRANDE GRUPO II

MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS, POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES

01 MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS

010 MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS

0101 Oficiais Gerais das Forças Armadas

0102 Oficiais das Forças Armadas

0103 Praças das Forças Armadas

02 POLICIAIS MILITARES

020 OFICIAIS DE POLÍCIA MILITAR

0201 Oficiais superiores de polícia militar

0202 Capitães de polícia militar

0203 Tenentes de polícia militar

021 PRAÇAS DE POLÍCIA MILITAR

0211 Subtenentes e sargentos de polícia militar

0212 Cabos e soldados de polícia militar

03 BOMBEIROS MILITARES

030 OFICIAIS DE BOMBEIRO MILITAR

0301 Oficiais superiores do corpo de bombeiros militar

0302 Oficiais intermediários do corpo de bombeiros militar

0303 Tenentes do corpo de bombeiros militar



**MENSAGEM N.º 19/12**

**Curitiba, 13 de abril de 2012**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o Incluso Anteprojeto de Lei propondo reajuste anual do piso salarial no Estado do Paraná.

Na Constituição Federal de 1988, o trabalho é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1.º, IV), um direito fundamental ao salário como forma de contrapartida do trabalho (art. 6.º), um fundamento da ordem econômica (art. 170, *caput*) e base da ordem social (art. 193), quando declara que "tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e justiça social".

A ordem social se harmoniza com a ordem econômica, já que esta se fundamenta, também, na valorização do trabalho e tem como fim assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social.

A promoção e efetivação do direito ao trabalho implicam o auxílio à compensação das desigualdades sociais, no exercício da liberdade e da igualdade reais e efetivas e, por consequência, na fruição da vida digna.

Para que possa ser garantida a dignidade do trabalhador e a valorização do trabalho temos alguns princípios que os norteiam, entre eles o princípio da proteção, que visa atenuar as desigualdades entre empregado e empregador, demonstrando, na verdade, que a sociedade reconhece naquele que dispõe unicamente de sua força de trabalho, a parte mais fraca na relação.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
Incluí Protocolo n.º 11.305.781-3





Em conjunto com este princípio temos aquele que assegura a irredutibilidade salarial. O conteúdo em si da proteção oferecida por tal princípio é garantir ao trabalhador perceber a contraprestação a que faz jus por seu trabalho, de maneira estável, não sujeita às oscilações da economia e às instabilidades do mercado e, por extensão, assegurar a satisfação de um conjunto, ainda que eventualmente mínimo, de suas necessidades, entre as quais a alimentação.

Assim sendo, exatamente por não ter qualquer possibilidade de auferir grandes vantagens de ordem econômica para si próprio, prerrogativa exclusiva do detentor dos meios de produção e/ou de capital, não pode o trabalhador participar dos riscos da atividade econômica, quer através da redução direta do valor nominal de seu salário (e, ampliativamente, de sua remuneração); quer através da redução de jornada de trabalho, tarefa ou alteração de critério na apuração de valores de composição de sua remuneração.

Neste sentido, os efeitos da elevação do piso do salário mínimo regional na ativação da economia, na redução da pobreza e na distribuição de renda também podem ser bastante positivos, no sentido de garantir a justiça social. Ele tem como propósito auxiliar as famílias de baixa renda a preencherem suas necessidades básicas, bem como aliviar a pobreza, pois a valorização do salário aumenta o poder aquisitivo dos trabalhadores gerando um ciclo virtuoso na economia. O trabalhador com mais renda, consome mais, o empregador, por sua vez, para atender a demanda aumenta a produção, expande seus negócios e gera mais empregos. Isso é política de valorização, em que trabalhadores, empregadores e governo, ganham.

O piso estadual é referência para as categorias não sindicalizadas. No Paraná, aproximadamente 5% das pessoas que trabalham com carteira assinada não possuem sindicatos que defendam seus interesses. O Piso do Salário Mínimo Regional protege esses trabalhadores e, por outro lado, estabelece um parâmetro para as negociações coletivas, possibilitando a elevação da renda dos trabalhadores em geral, o que dinamiza os negócios e a economia paranaense.

A Política de reajuste do Salário Mínimo Regional, para o Estado do Paraná, se fundamentou nas seguintes diretrizes: Recompôr o poder de compra do Piso Regional de Salários, reduzidos pela inflação e, dar-lhes um aumento real.

Para tanto, decidiu-se por adotar a metodologia proposta pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES para definição do Piso Regional, que tem como princípios:

- o A recuperação da inflação acumulada no ano.
- o Proporcionar um ganho real equivalente à variação do aumento do Produto Interno Bruto - PIB, no biênio.





No caso do Paraná, a proposta se baseia em dados estatísticos disponíveis, relativos ao Produto Interno Bruto Brasileiro, que apontaram um crescimento real, no biênio 2010-2011, de 10,4%. Neste contexto, a proposta de reajuste do Piso do Salário Mínimo Regional se dará da seguinte maneira:

- Reajuste nominal no ano de 2012 de 10,32% (5,1% acrescido de 4,97%, do INPC/IBGE).
- Subsequentemente haverá uma compensação desse menor aumento real no ano de 2012 (em relação ao Índice Nacional do Salário Mínimo) sendo compensado no ano de 2013, com os mesmos 5,1%, mais a inflação acumulada nos últimos 12 meses, que antecedem à data base do reajuste.

Esta proposta considera de um lado o ganho real no acumulado do biênio pela classe empregadora e, de outro, os trabalhadores aceitam a transferência de parte do ganho real, para o ano que vem.

Desta forma, o Estado do Paraná, tendo como pressuposto o poder-dever do Estado de reduzir o grau de concentração de renda e os níveis de pobreza da sociedade, encaminha a presente proposta de elevação do Piso do Salário Mínimo Regional que reajusta o poder aquisitivo do SMR, em termos reais, equivalente ao Produto Interno Bruto – PIB e, em termos nominais, igual ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 13 de abril de 2012  
OF CEE/G 092/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 ABR. 2012

*March*

1º Secretário

I – À DAP para altura no expediente

II – À DL para providências.

Em 12/04/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 19/12, relativa ao Anteprojeto de Lei propondo reajuste anual do piso salarial no Estado do Paraná.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anejo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/SRGV/FJC



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 169/12**

**Projeto de Lei nº. 169/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 019/12**

**Súmula:** Fixa, a partir de 1º de maio de 2012, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n. 103, de 14 de julho de 2.000.

**EMENTA: FIXAÇÃO DE PISO SALARIAL REGIONAL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 7º DA CF. ART. 65 E 66 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 1º LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 103/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo reajustar o piso salarial dos empregados paranaenses integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações, passando a vigorar a partir de 1º de maio de 2012.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a Iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Além disso, a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 7º, o direito dos trabalhadores a um piso salarial proporcional a extensão e complexidade do trabalho:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Neste sentido, a Lei Complementar Federal nº. 103/00 aduz que os Estados estão autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, vejamos:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§ 2º O piso salarial a que se refere o caput poderá ser estendido aos empregados domésticos.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 66, inciso I, que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a remuneração para os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (grifo nosso)

Ademais, devemos observar que o projeto de lei complementar não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o reajuste não importará em aumento de despesa para o Governo, visto que ele se dá tão somente para os trabalhadores elencados no anexo do projeto de lei ora em tela.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

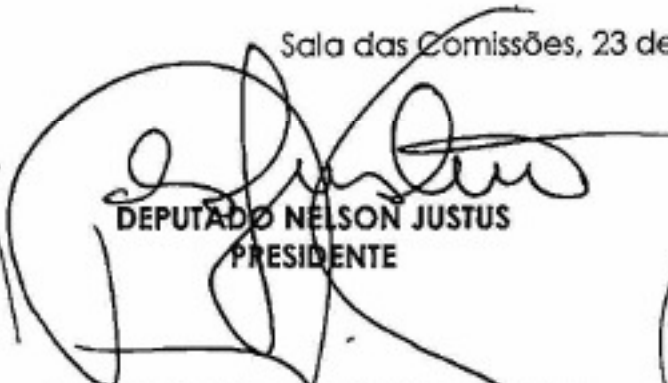
Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**




**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Indústria e Comércio**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 169/2012**

**PREÂMBULO**

A mensagem de nº 19/2012 encaminhada pelo Poder Executivo, relativa ao Projeto de Lei nº 169/2012, propõe reajuste anual do piso salarial no Estado do Paraná.

**DA TRAMITAÇÃO**

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Do ponto de vista do ideal de justiça social, uma sociedade bem ordenada é aquela que promove a distribuição dos bens materiais que assegura a maximização das perspectivas das classes menos favorecidas, diminuindo os limites das desigualdades. A determinação do valor do salário mínimo por meio de lei é sempre um tema que gera muita polêmica e acirradas disputas políticas.

"A ideia-força que move Rousseau é que o Estado será tanto mais perfeito quanto mais a vontade do Estado coincida com a vontade geral". A ideia-força que aqui nos move é que o ordenamento jurídico-econômico será tanto mais perfeito quanto mais a estrutura de incentivos que dele decorre for apta a promover pleno emprego com justiça social




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Indústria e Comércio**

A nosso ver, essa ideia-força está em plena consonância com o artigo 170 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual os fundamentos do ordenamento jurídico-econômico são: justiça social, valorização do trabalho humano e livre iniciativa. Esses valores estão intimamente associados uma vez que a promoção do pleno emprego das forças produtivas é a melhor forma de realização dos valores da livre iniciativa e do trabalho humano.


**DA CONCLUSÃO**

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei. Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO



DEPUTADO DÚLIO GENARI  
RELATOR

